

EUROFACTOR Portugal
O seu Parceiro
ao Serviço da Economia Real

Relatório e Contas 2012



Eurofactor
CRÉDIT AGRICOLE GROUP



Eurofactor
CRÉDIT AGRICOLE GROUP

Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO FINDO EM

31 DE DEZEMBRO DE 2012

CONTEÚDO

- ❖ **Relatório do Conselho de Administração**
- ❖ **Balanço em 31 de Dezembro de 2012**
- ❖ **Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012**
- ❖ **Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2012**
- ❖ **Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) em 31 de Dezembro de 2012**
- ❖ **Notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012**
- ❖ **Certificação Legal das Contas**
- ❖ **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, as Contas e a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Enquadramento macroeconómico nacional e internacional

Num contexto e numa altura em que se abandonam as ideias do risco de rotura do euro pelos Governos e Bancos Centrais e com uma maior coordenação e cooperação entre os mesmos, é ainda real a deterioração do enquadramento macroeconómico e financeiro.

As projecções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema apresentam em baixa o crescimento da actividade económica e da inflação para 2013 na área do euro.

De acordo com informação publicada pelo Banco de Portugal e segundo o BCE, o PIB continuará, no curto prazo, a registar um decréscimo na área do euro, como consequência da fraca procura externa e do impacto adverso da procura interna na deterioração do sentimento económico relacionada com as tensões nos mercados financeiros da área do euro, das medidas de consolidação orçamental, dos preços elevados das matérias-primas e da redução do endividamento no sector privado. No entanto, no primeiro semestre de 2013 já será esperada uma recuperação da economia, ainda que de forma gradual.

A procura externa e a competitividade terão um papel essencial na recuperação da economia na área do euro.

A informação divulgada pelo Banco de Portugal aponta para mais um ano de contracção da economia portuguesa, no entanto este período recessivo de 2009 a 2013 poderá estar prestes a dar lugar ao início de um período de recuperação, pois as projecções apontam, prudentemente, para um crescimento da economia, mas apenas em 2014.

A recuperação gradual da procura interna e do crescimento das exportações proporcionado pela recuperação da actividade económica dos principais mercados de destino das exportações portuguesas suportam a sustentabilidade das projecções para 2014.

A contracção da economia projectada para 2013 tem por base a continuação do processo de consolidação orçamental, largamente baseado num aumento da tributação sobre as famílias e na insuficiência de medidas concretas para o relançamento da economia Portuguesa.

As projecções divulgadas já em Janeiro de 2013, pelo banco de Portugal, apontam para um decréscimo do PIB para 2012 de 3%, recuperando ligeiramente, mas ainda em recessão, para um redução de 1,9% em 2013.

O nível de desemprego na área do Euro continuará a reflectir uma fragilidade socioeconómica, os valores acumulados a Novembro de 2012 na área do Euro apresentam uma taxa de desemprego de 11,3% e Portugal apresentava já no terceiro trimestre de 2012 uma taxa de desemprego de 15,8%.

O PIB português tenderá a aproximar-se gradualmente da média da Zona Euro, atingindo apenas em 2014 uma maior proximidade dos níveis projectados para a área do Euro.

Taxas de variação em percentagem	2011(r)	2012(p)	2013(p)	2014(p)
<i>PIB (tvh%)</i>				
Área do euro	1,5	[-0,6;-0,4]	[-0,9; 0,3]	[0,2; 2,2]
Portugal	-1,7	-3,0	-1,9	1,3
<i>Taxa de inflação (tvh%)</i>				
Área do euro	2,7	[2,5;2,5]	[1,1;2,1]	[0,6;2,2]
Portugal	3,6	2,8	0,9	1,0

(r): Real; (p): Projecção.

Fonte: Banco de Portugal (Boletim Económico - Inverno 2012)

As empresas deverão estar preparadas para um ano económico de 2013 semelhante ao ano anterior com muitas dificuldades em conseguirem inverter a tendência de decréscimo da actividade económica, no entanto esse esforço poderá começar a ser compensado com o crescimento moderado previsto para 2014.

Serão, sem dúvida, necessárias fortes medidas adicionais para fomentar a procura interna e aumentar as exportações tendo em conta a evolução dos mercados externos receptores dos produtos portugueses.

O Mercado e a Concorrência

A contracção dos mercados, nacional e internacional, num ambiente de tensão, o incremento de obstáculos ao nível operacional e fiscal repercutiu-se no factoring em Portugal, traduzindo-

se num forte decréscimo da actividade, cerca de 17% face a 2011, a quebra mais elevada de que há história no sector. No entanto, face a outras fontes de financiamento alternativas, o produto apresenta maior resiliência à crise, considerando ter associado a componente de serviço, na garantia dos riscos de crédito e da conta cliente das empresas.

Por outro lado, as limitações de acesso ao crédito pela generalidade das empresas, quer pelo risco que apresentam, quer pelo encarecimento e escassez do financiamento, obrigou a uma gestão mais rigorosa dos clientes elegíveis para parceiros no negócio de factoring.

De acordo com a forte quebra da procura interna, o factoring doméstico e o confirming, tiveram uma variação negativa de 23% e 9,6% respectivamente; com a mesma tendência negativa o factoring de importação registou uma queda superior a 30%. Em contrapartida, o factoring de exportação teve um crescimento bastante positivo, cerca de 20% face a 2011.

Créditos Tomados (mil euros)	2011		2012		Var. % (12/11)
Doméstico (incluindo <i>confirming</i>)	25.374.867	92%	20.547.916	90%	-19,0%
Internacional (exportação e importação)	2.184.442	8%	2.400.173	10%	9,9%
	27.559.309	100%	22.948.089	100%	-16,7%

O mercado do *factoring* em Portugal é desenvolvido por 14 instituições. Nas condições actuais de grande falta de liquidez nos mercados, a disponibilidade de *funding*, o respectivo preço e serviço, passaram a ser os factores mais decisivos de concorrência entre os operadores. No entanto, a dimensão e rede de distribuição continua a manter as suas vantagens comparativas, sendo que apenas 3 instituições absorvem cerca de 53% de quota de mercado em 2012.

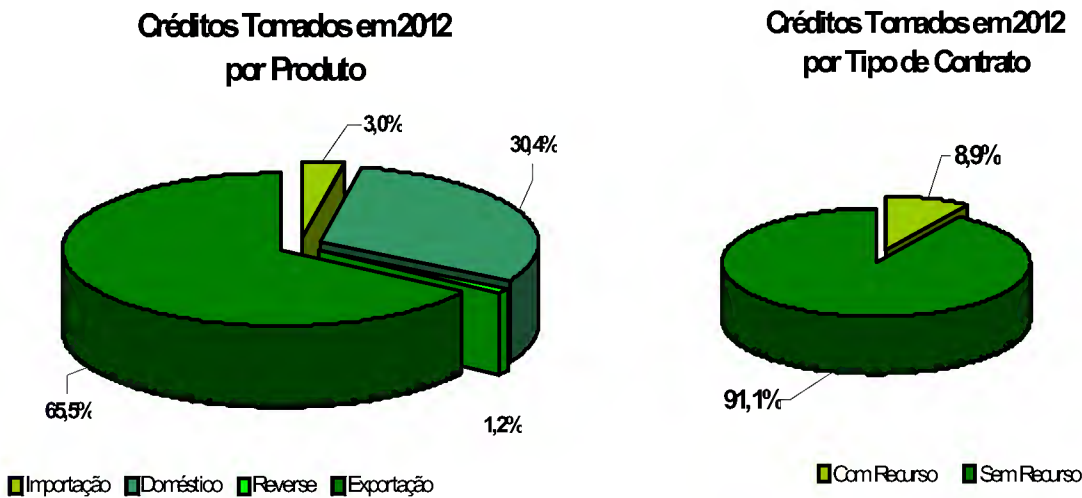
O Produto Bruto Bancário (PBB = Total de Juros Activos e Comissões de Factoring recebidos) em relação aos créditos tomados (CT), ou seja, a margem bruta do negócio do mercado, foi de 1,47% em 2012 e de 1,28% em 2011. As condições de acesso ao crédito, a montante e a jusante, levaram a políticas mais defensivas e a uma subida generalizada do *pricing* das instituições melhorando a margem do negócio. Os proveitos brutos totais reflectem um decréscimo de 5% face a uma contracção da actividade de 17%.

O ano de 2013, com uma perspectiva de evolução ainda em baixa do PIB, apresentará um grau de dificuldade idêntico ao verificado em 2012. No entanto, o *factoring* como fonte de financiamento muito próxima dos fluxos de capital circulante das empresas, tanto a montante como a jusante do ciclo produtivo, tem demonstrado ser um produto com grande adaptabilidade e resistência ao momento restritivo que se vive.

Actividade e evolução da EUROFACTOR Portugal, S.A.

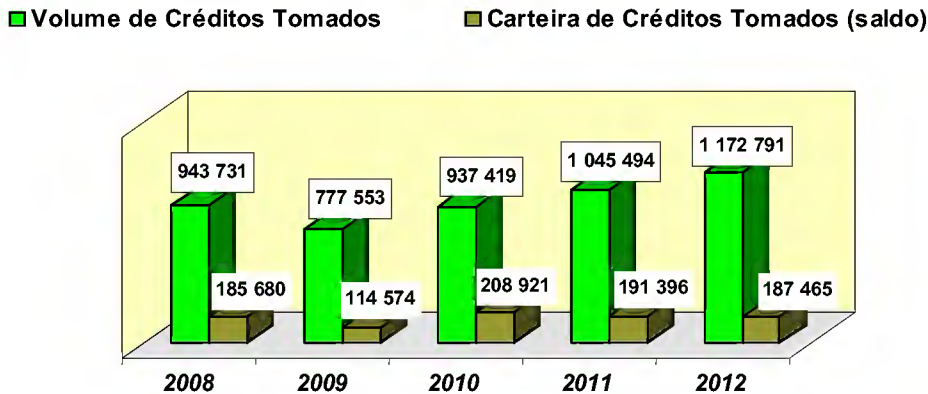
Em contraste com a evolução negativa do sector, a EUROFACTOR teve um crescimento da facturação tomada de 11%, enquanto que o sector decresceu cerca de 17%, melhorando assim a sua quota de mercado de 3,8% para 5,1%.

A EUROFACTOR Portugal, líder histórica no produto de Factoring de Exportação vê confirmada e reforçada a sua posição neste segmento, detendo uma quota superior a 36%. Também aqui a EUROFACTOR apresenta uma excelente evolução com um crescimento de 62% face a 2011.

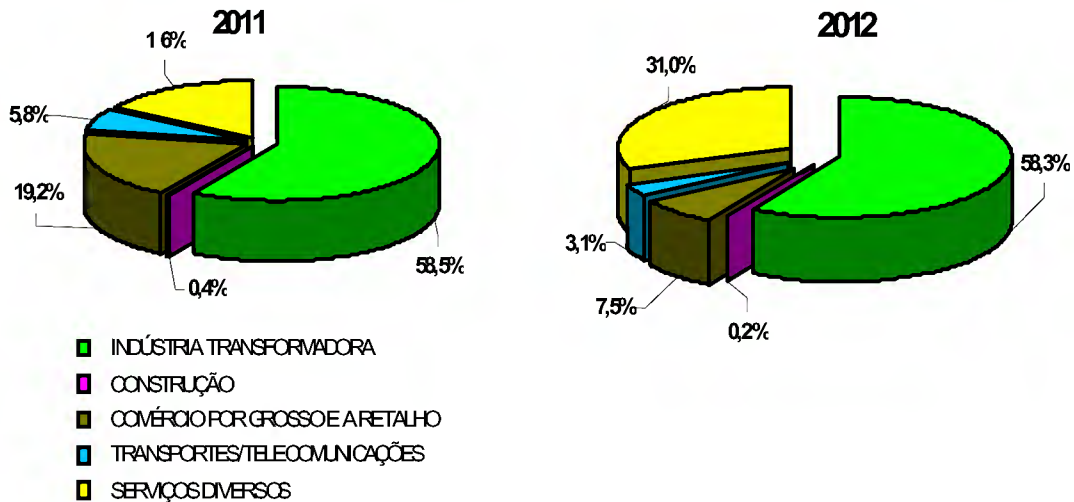


O factoring de exportação da EUROFACTOR é, sem margem para dúvidas uma referência em Portugal, tornando-a num parceiro ao serviço da economia real apoiando claramente as empresas nas suas exportações.

A evolução dos créditos tomados nos últimos 5 anos, a que corresponde um crescimento médio de 4,4%, foi a seguinte:



Em termos de repartição do negócio por sectores de actividade, a EUROFACTOR registou uma ligeira alteração na estrutura dos seus clientes distribuídos por Indústrias Transformadoras Diversas (58%), por Comércio por Grosso e a Retalho (8%) e por Serviços Diversos (31%), não tendo negócios directos, por razões estratégicas, com o sector da construção civil.



Apesar do aumento no custo médio do refinanciamento, a margem do “produto líquido bancário” sobre os “créditos tomados” manteve-se nos 0,6% em 2012, tal como em 2011 demonstrando uma eficiente e correcta gestão do negócio e respectiva rentabilidade.

No decorrer do ano a estrutura em meios humanos, comparando a situação no final do exercício de 2011, registou uma redução no quadro de pessoal de 31 para 30 pessoas, optando-se por não recorrer a novas admissões face aos constrangimentos da actividade e uma maior eficiência de meios e organizacional.

No ano, foram realizados investimentos num total de 32 mil euros (2011: 9 mil euros), sobretudo relativos a equipamentos diversos e software, com destaque num novo equipamento de videoconferência.

Relativamente a acções de formação, o Grupo proporcionou ao longo do ano encontros especializados nas diversas áreas onde foi possível a troca de experiências com vista à uniformização de processos e melhoria da qualidade dos serviços.

Quanto à actividade da EUROFACTOR, no âmbito do controlo e gestão de riscos, é efectuada a remissão para as notas do anexo ao Balanço números 3-v), 3-w) e 3-x), onde são identificados os riscos associados à actividade, sua natureza e extensão.

No que respeita à normalização da actividade pelo Banco de Portugal, não se verificaram alterações substanciais no que respeita ao factoring e à actividade bancária em geral.

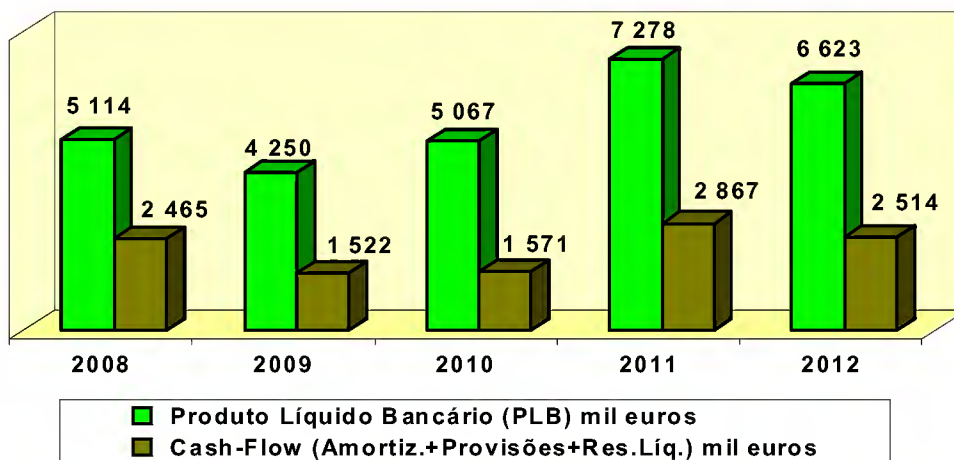
Finalmente, cumpre-nos informar que não se registaram factos relevantes após o termo do exercício, nem situações cuja natureza se possa enquadrar nas alíneas d), e) e g) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Situação Económica e Financeira

A estrutura económica e financeira da Sociedade manteve-se equilibrada em 2012, com um resultado líquido bastante positivo, atingindo um rácio de solvabilidade enquadrado nas normas do Banco de Portugal.

Num contexto de crise e recessão da economia, o Produto Líquido Bancário (PLB) do exercício de 2012 registou um decréscimo de 9% face a 2011, motivado essencialmente pelo aumento do custo do refinanciamento efectuado pelo grupo.

O *Cash-Flow* de 2012 registou uma diminuição de 14% face a 2011 e, conseqüentemente, a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) no exercício foi de 12% contra os 17% do ano anterior, mas continuando ainda assim a manter um bom nível de rentabilidade dos capitais próprios.



O exercício de 2012 encerrou com um resultado líquido positivo de 1.965 mil euros (2011: resultado líquido positivo de 2.299 mil euros), isto é, um decréscimo de 17% face a 2011.

A evolução do resultado operacional no período de 2008 a 2012, à excepção de 2009 e 2012, teve um forte crescimento, com destaque para o 2011, com um crescimento de 88% face a 2010:

	2008	2009	2010	2011	2012
Resultados Operacionais (mil euros)	2357	1678	1984	3736	3276
Varição anual (%)	9%	-29%	18%	88%	-12%

A produtividade dos meios de produção utilizados (humanos, técnicos e financeiros) expressa pelo coeficiente de exploração ((Total de Custos Operativos)/(Produto Líquido Bancário)) aumentou ligeiramente de 0,41% para 0,43% entre 2011 e 2012, influenciando os resultados operacionais alcançados assim como a eficiência dos meios utilizados, salientar no entanto que o nível do presente rácio é considerado correcto e bastante eficiente.

Perspectivas para 2013 e 2014

As projecções do Banco de Portugal para o próximo ano, à semelhança do observado em 2012 apontam para a continuidade da diminuição da actividade económica, estimando uma contracção de 1,9% da actividade económica para 2013.

No entanto este período recessivo começa a apresentar sinais de mudança, pois o Banco de Portugal projecta para 2014 um aumento da actividade económica de 1,3%, porém as medidas de consolidação orçamental assim como as condições de financiamento restritivas no sector bancário continuam a contribuir negativamente para o crescimento da actividade económica.

As Exportações continuam a contribuir com a sua evolução positiva para mitigar o impacto da redução da procura interna sobre a actividade económica, com menor impacto em 2013, cerca de 2%, mas de forma mais acentuada em 2014, aproximadamente 4,8%.

Considerando o enquadramento adverso perspectivado para a economia, a EUROFACTOR Portugal considerou prudencialmente nos seus instrumentos previsionais de gestão para 2013, uma manutenção da sua actividade e resultados, apesar da continuada política de reforço da margem e contenção dos seus custos gerais.

Proposta de Aplicação dos Resultados

Propomos que o resultado positivo de € 1.964.704,89 (Um Milhão Novecentos e Sessenta e Quatro Mil Setecentos e Quatro Euros e Oitenta e Nove Cêntimos) apurado no exercício de 2012, seja aplicado da seguinte forma :

Reserva Legal	196.470,49
Reserva Especial	98.235,24
Dividendos	0,00
Resultados Transitados	1.669.999,16

Governo societário da Sociedade

Um modelo de governo societário transparente e a divulgação de informação actual, completa e frequente sobre as actividades societárias, são aspectos cada vez mais estruturantes e indutores das decisões de investimento dos Accionistas.

As regras e a estrutura de governo da Eurofactor Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), foram definidas com o propósito de garantir uma governação responsável e

orientada para a criação de valor. O modelo de governo societário baseia-se em valores centrados na transparência da divulgação da informação, na definição de objectivos estratégicos claros, no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia e na existência de processos de monitorização, fiscalização e de *compliance*, tanto interna como externamente.

A EUROFACTOR como instituição de crédito especializada com o objecto da actividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

Capital

O capital, é de dez milhões de euros, dividido em dois milhões de acções, com valor nominal de cinco euros, cada uma e encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo a EUROFACTOR, S.A., o único accionista, detendo 100,00% do capital à data de 31/12/12. As acções são representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil e múltiplos de mil acções.

Estrutura de órgãos sociais

O modelo de governo societário rege-se pela seguinte estrutura de órgãos sociais: Conselho de Administração, Fiscal Único e Assembleia Geral.

a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral de Accionistas reúne pelo menos uma vez por ano, e tem como principais competências proceder à apreciação e deliberar sobre o relatório de gestão e as contas de cada exercício, deliberar sobre a distribuição de resultados e proceder à eleição dos órgãos sociais, a qual é convocada sempre que o Conselho de Administração ou o Fiscal único o entendam conveniente. Deve ainda ser convocada sempre que o accionista único o requeira.

A Assembleia Geral ordinária deve reunir no prazo de três meses a contar da data do encerramento do exercício e salvo se diferentemente for deliberado em assembleia geral para o efeito convocada, os accionistas terão, na proporção das acções que possuírem, direito de preferência nos aumentos de capital, quer na subscrição de novas acções, quer no rateio daquelas relativamente às quais tal direito não tenha sido exercido.

A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito a voto, ou seja, pelos accionistas que reúnam cumulativamente as seguintes condições (i) possuir um número de acções não inferior a 100; e (ii) ter desde o 20.º dia anterior ao da reunião da assembleia geral averbadas em seu nome as acções com base nas quais se apresenta a participar na Assembleia Geral.

A Assembleia Geral funcionará em primeira convocação, salvo diferente disposição legal

imperativa, a assembleia geral só poderá funcionar e deliberar quando nela estejam presentes ou representados accionistas que detenham, pelo menos, 75% do total das acções. Em segunda convocação, a Assembleia Geral poderá funcionar e deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

Relativamente à votação a cada grupo de 100 acções corresponde um voto, e as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos apurados em cada reunião, salvo quando a lei ou os estatutos exigirem maioria qualificada.

A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, eleitos pela Assembleia Geral, de entre os accionistas ou não, por três anos, sendo sempre permitida a reeleição.

b) Funções do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de cinco membros, eleitos pela Assembleia Geral, que de entre eles designará o Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é o órgão superior de gestão da Sociedade, cabendo-lhe deliberar sobre todos os assuntos e praticar todos os actos legalmente considerados, como de exercício de poderes de gestão. Poderá ainda delegar parte dos seus poderes numa comissão executiva composta por um número ímpar de administradores e poderá ainda encarregar uma ou mais pessoas, accionistas ou não, da execução temporária ou permanente de determinados actos de administração, conferindo-lhes para tanto os respectivos mandatos, mediante resolução que tome para esse efeito constante de acta.

Por deliberação do Conselho de Administração, a sede social poderá ser livremente mudada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como poderá ainda deliberar a abertura ou encerramento de sucursais, agências, delegações ou outras formas de representação, em Portugal ou no estrangeiro. Este órgão está ainda autorizado a, após parecer favorável do Fiscal Único, aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até ao limite de vinte e cinco milhões de euros.

As reuniões do Conselho de Administração terão lugar na sede da sociedade ou em outro local, para o efeito escolhido, podendo realizar-se com recurso a meios telemáticos, nos termos previstos no nº. 410 do Código das Sociedades Comerciais, o qual reunirá ordinariamente com uma periodicidade mínima trimestral, em datas a fixar por acordo dos seus membros para cada ano civil e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente, ou por dois outros vogais do Conselho.

O Conselho de Administração só pode validamente deliberar desde que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, podendo qualquer administrador impedido de comparecer à reunião fazer-se representar por outro administrador ou votar por correspondência.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que votem por correspondência, tendo o presidente ou quem o substitua voto de qualidade.

c) Funções do Fiscal Único

A fiscalização da Sociedade compete a um Fiscal Único, e um Suplente, eleitos pela Assembleia Geral por períodos de três anos e reelegíveis uma ou mais vezes.

O actual Fiscal Único da Sociedade, eleito em Assembleia Geral, é a Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA, tendo como função a fiscalização da Sociedade.

O Fiscal Único e o seu Suplente podem ser ou não accionistas, mas deverão ter a qualidade de revisores oficiais de contas ou de sociedades revisoras de contas, enquanto a lei o exigir. O Fiscal Único e o seu Suplente manter-se-ão em funções até à sua substituição efectiva.

Remunerações dos órgãos sociais

O regime de aprovação e divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, está enquadrado pela Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a qual é aprovada em Assembleia Geral.

Relativamente aos membros do Conselho de Administração está estabelecido que os administradores serão remunerados pelo modo estabelecido em Assembleia Geral, sendo que a remuneração pode consistir parcialmente numa percentagem dos lucros do exercício anterior, a qual, na sua globalidade, não deverá exceder dois por cento.

Quanto ao Fiscal Único este será remunerado pela forma que a Assembleia Geral determinar, de acordo com os níveis de honorários normais para serviços similares, por referência à informação do mercado, sob a supervisão do Conselho de Administração.

Relativamente aos membros da Mesa da Assembleia-Geral, os mesmos não são remunerados, tendo em conta a Sociedade e as práticas de mercado.

Sistemas de Controlo Interno e de gestão do risco

Ao Conselho de Administração compete aprovar, no âmbito da estratégia da EUROFACTOR Portugal, a política geral de actividade da Sociedade. Nas reuniões trimestrais deste órgão, são analisadas e discutidas nomeadamente a actividade da Sociedade, com base nos indicadores chave do negócio, o nível de assinaturas e rescisões de contratos, o nível de provisionamento, a análise de dossiers de crédito sensíveis e outros assuntos relevantes em cada momento.

O Risco de Crédito bem como o Risco Operacional continuam a ser os riscos relevantes na actividade da Sociedade, pelo que a aprovação específica dos créditos respeita os preceitos e os procedimentos estabelecidos no manual de crédito em vigor. Estão definidos pelo accionista os níveis hierárquicos competentes para a aprovação de crédito de acordo com as características específicas de cada um.

A Sociedade não tem contratualizados instrumentos derivados. A gestão do seu risco financeiro é efectuada numa base diária tendo em consideração a tipologia das operações



desenvolvidas pela Sociedade e é também efectuado um acompanhamento sólido ao nível da liquidez da Sociedade, com base no qual são definidos os níveis de endividamento a negociar. Dadas as características da Sociedade, bem como a sua estrutura accionista, existe flexibilidade em ajustar o nível de liquidez, sempre que tal se venha a revelar necessário.

Nota final

O Conselho de Administração deseja expressar os seus melhores agradecimentos :

- ao Ministério das Finanças e ao Banco de Portugal pela disponibilidade demonstrada ;
- a todos os Clientes, Fornecedores, Bancos e parceiros de negócios que nos distinguiram pela sua preferência ;
- aos Grupos Crédit Agricole, S.A., CAL&F e EUROFACTOR, S.A. e a todos os seus colaboradores pela atitude participativa no acompanhamento da vida desta Sociedade ;
- aos membros da Mesa da Assembleia Geral e ao Fiscal Único, pela colaboração e apoio manifestados ;
- a todos os colaboradores da EUROFACTOR Portugal pelo contributo e desempenho demonstrado ao longo do ano.

Lisboa, 5 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração :

Olivier Fleurant

Olivier Joyeux

Balanço em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2012

unidade: €

	Notas/ Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.a	1.334,01		1.334,01	760,42
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.b	6.410.648,05		6.410.648,05	692.717,36
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.c	6.251,71	5.251,71	1.000,00	1.000,00
Crédito a clientes	3.d	187.465.273,63	4.539.996,31	182.925.277,32	185.864.195,14
Outros activos tangíveis	3.e	447.855,06	410.734,90	37.120,16	28.242,32
Activos intangíveis	3.e	533.082,04	528.689,60	4.392,44	7.230,98
Activos por impostos correntes		0,00		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos	3.f	787.864,11		787.864,11	649.060,69
Outros activos	3.g	1.536.464,46		1.536.464,46	2.356.098,35
Total do Activo		197.188.771,07	5.484.672,52	191.704.098,55	189.599.305,26
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	3.h			142.350.140,45	137.776.687,82
Provisões	3.i			1.222.531,86	1.020.685,69
Passivos por impostos correntes	3.u			0,00	0,00
Outros passivos subordinados				0,00	0,00
Outros passivos	3.j			30.321.099,14	34.956.309,56
Total de Passivo				173.893.771,47	173.753.683,07
Capital					
Capital	3.k			10.000.000,00	10.000.000,00
Reservas de reavaliação				0,00	0,00
Outras reservas e resultados transitados	3.k			5.645.622,19	3.546.276,39
Resultado do exercício	3.k			1.964.704,89	2.299.345,80
Dividendos antecipados					
Total de Capital				17.610.327,08	15.845.622,19
Total de Passivo + Capital				191.704.098,55	189.599.305,26

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins

Martinha Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Olivier Fleurant

Olivier Fleurant

Olivier Joyeux

Olivier Joyeux

Demonstração de Resultados em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2012

€

	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
Juros e rendimentos similares	3.n	8.160.466,64	8.547.301,06
Juros e encargos similares	3.n	2.108.579,08	1.866.699,58
Margem financeira	3.n	6.051.887,56	6.680.601,48
Rendimentos de serviços e comissões	3.o	231.055,63	272.477,07
Encargos com serviços e comissões	3.o	600.361,62	576.693,69
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	3.p	0,00	0,00
Resultados de reavaliação cambial	3.p	0,00	0,00
Resultados de alienação de outros activos	3.p	0,00	21.600,00
Outros resultados de exploração	3.q	357.325,83	237.841,19
Produto bancário		6.039.907,40	6.635.826,05
Custos com pessoal	3.r	1.137.200,25	1.286.521,78
Gastos gerais administrativos	3.r	1.602.181,28	1.584.158,95
Amortizações do exercício	3.t	24.793,71	26.634,59
Provisões líquidas de reposições e anulações	3.d,3.i	201.846,19	0,00
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	3.d,3.i	321.940,29	540.517,30
Resultado antes de impostos		2.751.945,68	3.197.993,43
Impostos			
Correntes	3.u	926.044,21	1.023.831,68
Diferidos	3.u	138.803,42	125.184,05
Resultado após impostos		1.964.704,89	2.299.345,80
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas			
Resultado líquido do exercício		1.964.704,89	2.299.345,80

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins

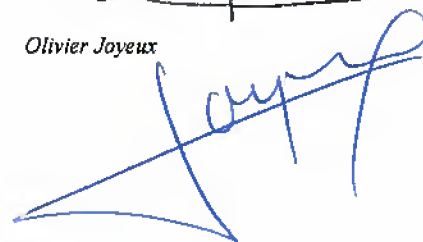


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Olivier Fleurant



Olivier Joyeux



Demonstração dos Fluxos de Caixa em base individual (NCA) a 31 de Dezembro de 2012

unidade: €

	31/12/12	31/12/11
Actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	8.391.522	8.819.778
Juros, comissões e outros custos pagos	(2.759.900)	(2.467.280)
Recuperação de crédito e juros vencidos	16.018	1.620
Pagamentos a empregados e a fornecedores	(2.683.582)	(2.994.195)
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	342.871	296.221
Fluxo líquido proveniente dos proveitos e custos	3.306.928	3.656.144
Diminuições (aumentos) em activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Créditos a clientes	2.616.978	17.362.409
Outros activos e outras contas de regularização	1.329.929	(602.419)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	3.946.906	16.759.990
Aumentos (diminuições) em activos operacionais:		
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	4.624.412	(20.149.348)
Recursos de clientes	-	-
Passivos financeiros de negociação	-	-
Outros passivos e outras contas de regularização	(4.612.439)	(660.932)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	11.973	(20.810.279)
Contribuições para fundos de pensões	-	-
Pagamento de impostos sobre lucros	(1.514.910)	(604.069)
	5.750.888	(998.214)
Actividades de investimento		
Aquisições de imobilizações corpóreas	(28.772)	(2.739)
Vendas de imobilizações corpóreas	-	-
Aquisições de imobilizações incorpóreas	(3.624)	(5.925)
Alienação de imobilizações	-	21.600
Aquisição de acções (Participação IFG)	-	-
Aquisição de acções próprias	-	-
	(32.396)	12.936
Fluxos de caixa das actividades de Financiamento		
Aumentos de capital	-	-
Empréstimo subordinado	-	-
Distribuição de dividendos	-	(876.672)
	-	(876.672)
Aumento (diminuição) de caixa e seus equivalentes	5.718.503	(1.861.950)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	693.478	2.555.428
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	6.411.980	693.478

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

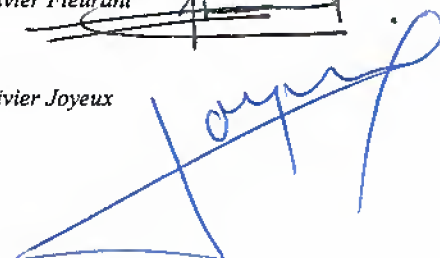
Martinha Martins


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Olivier Fleurant



Olivier Joyeux



EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, S.A.

Sede: Av. Duque de Ávila, 141 - 3º Dtº - 1050-081 LISBOA

Capital Social: 10.000.000 €

Contribuinte n.º 502 733 209

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 03284/920

Demonstração de alterações do capital próprio (NCA) a 31 de Dezembro de 2012

unidade: €

	Capital	Outros movimentos de capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (NCA)	10.000.000,00	0,00	0,00	3.337.286,44	1.085.661,95	14.422.948,39
Resultado gerado no exercício de 2011					2.299.345,80	2.299.345,80
Aplicação dos resultados do exercício anterior				208.989,95	-1.085.661,95	-876.672,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (NCA)	10.000.000,00	0,00	0,00	3.546.276,39	2.299.345,80	15.845.622,19
Resultado gerado no exercício de 2012					1.964.704,89	1.964.704,89
Aplicação dos resultados do exercício anterior				2.299.345,80	-2.299.345,80	0,00
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 (NCA)	10.000.000,00	0,00	0,00	5.845.622,19	1.964.704,89	17.810.327,08

A DIRETORA FINANCEIRA (T.O.C.):

Martinha Martins

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Olivier Fleurant

Olivier Joyeux

EUROFACTOR Portugal – Sociedade de Factoring, SA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em euros (€))

ÍNDICE

0 – Introdução

1 – Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

b) Comparabilidade da informação

c) Principais políticas contabilísticas

- 1) Geral
- 2) Activos tangíveis (IAS 16)
- 3) Activos intangíveis (IAS 38)
- 4) Crédito a clientes e valores a receber
- 5) Imparidade
- 6) Activos e passivos em moeda estrangeira
- 7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)
- 8) Prémios de antiguidade (IAS 19)
- 9) Acções próprias (IAS 32)
- 10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)
- 11) Remuneração variável em acções – RVA (IFRS 2)
- 12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)
- 13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)
- 14) Responsabilidades por férias e subsídios de férias
- 15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas
- 16) Caixa e equivalentes de caixa

2 – Relato por segmentos (IFRS 8)

- a) Segmentos geográficos
- b) Segmentos por linhas de negócio

3 – Notas

- a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais
- b) Disponibilidades em outras instituições de crédito
- c) Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados
- d) Crédito a clientes
- e) Outros activos tangíveis e activos intangíveis
- f) Activos por impostos diferidos
- g) Outros activos
- h) Recursos de outras instituições de crédito
- i) Provisões
- j) Outros passivos
- k) Capital
- l) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma
- m) Contas extrapatrimoniais
- n) Margem financeira
- o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões
- p) Resultados líquidos diversos
- q) Outros resultados de exploração
- r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos
- s) Efectivos
- t) Amortizações do exercício
- u) Impostos
- v) Risco de crédito (IFRS 7)
- w) Risco de liquidez (IFRS 7)
- x) Risco cambial (IFRS 7)
- y) Análise de sensibilidade ao risco
- z) Informações sobre os órgãos de administração e de fiscalização
- aa) Transacções com partes relacionadas
- ab) Caixa e equivalentes de caixa
- ac) Consolidação de contas

0 – Introdução

A EUROFACTOR Portugal - Sociedade de Factoring, SA (EUROFACTOR), como instituição de crédito especializada com o objecto da actividade parabancária de factoring, está sujeita à supervisão do Banco de Portugal no regime das sociedades de factoring.

A Sociedade foi constituída em 28 de Fevereiro de 1992, tendo iniciado a sua actividade em Abril do mesmo ano.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 5 de Fevereiro de 2013.

Na elaboração deste anexo, tomaram-se em consideração as notas de divulgação em cumprimento das normas do Banco de Portugal, assim como, as normas internacionais de relato financeiro (IAS e IFRS) aplicáveis. As normas não referidas ou omitidas, por não aplicáveis ou por não serem relevantes, não prejudicam a qualidade e quantidade das divulgações necessárias à boa compreensão e entendimento das demonstrações financeiras.

1 - Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais da EUROFACTOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, e definidas pelas Instruções nº 18/2005 e nº 23/2004.

O ponto 2 da Instrução nº 18/2005 estabelece os modelos de demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados), para as instituições de reporte em base individual e, bem assim, que as notas anexas a essas demonstrações financeiras devem ser elaboradas em conformidade com as exigências previstas nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC's), quando aplicáveis e tendo em consideração o critério da materialidade, excepto quanto às matérias regulamentadas pelo nº 3.º do Aviso nº 1/2005, em que são aplicadas as notas anexas às contas previstas na Instrução nº 4/96.

b) Comparabilidade da informação

Não existem alterações de políticas contabilísticas e critérios valorimétricos que afectem a comparabilidade dos valores apresentados nas demonstrações financeiras.

c) Principais políticas contabilísticas

1) Geral

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NCA que correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), exceptuando os seguintes pontos:

- i) O crédito a clientes está sujeito à constituição de provisões específicas e genéricas, que não poderão ser inferiores ao mínimo de referência nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005;
- ii) Os activos tangíveis continuarão a ser valorizados ao custo de aquisição, salvo quando se realizem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias serão registadas em reservas legais de reavaliação;
- iii) O impacto ao nível das responsabilidades por pensões de reforma, resultante da aplicação da IAS 19 com referência a 31 de Dezembro de 2005, situação não aplicável à Sociedade.

Em 2012 relativamente à IAS1 revista, por não ser aplicável, a Sociedade não procedeu à elaboração da Demonstração de Rendimento Integral.

As demonstrações financeiras da EUROFACTOR são expressas em euros. A conversão de activos e passivos geridos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço.

2) Activos tangíveis (IAS 16)

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui, para além do preço de compra, com o IVA não recuperável, as despesas directamente imputáveis à compra. Não foram efectuadas quaisquer reavaliações até à data de encerramento de contas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função da taxa máxima permitidas fiscalmente, que correspondem basicamente ao período que se espera que o activo esteja disponível para uso:

Anos de vida útil

Obras em edifícios arrendados	8 a 15
Equipamento	3 a 12
Outras imobilizações corpóreas	3 a 10



Os ganhos e as perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respectivo valor contabilístico, são contabilizados em “Resultados de alienação de outros activos”.

3) Activos intangíveis (IAS 38)

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas de imparidade, quando aplicável. Em resultado da aplicação das NCA, as despesas com publicidade, investigação, formação e outras, são registadas directamente em custos.

Compreendem fundamentalmente os custos de programação informática e de estabelecimento.

Os activos intangíveis são amortizados, na base de quotas constantes, a partir do ano de aquisição, por anos completos, e em função da taxa máxima permitida fiscalmente, que correspondem basicamente à vida útil esperada dos mesmos que, em termos médios, é de três anos.

Até à data não foram reconhecidos pela EUROFACTOR quaisquer activos intangíveis geridos internamente.

4) Crédito a clientes e valores a receber

É constituído por activos decorrentes de operações de factoring e representam os créditos tomados “sem recurso” até aos limites de cobertura de risco de cobrança e os montantes antecipados sobre a facturação tomada “com recurso”, tendo por contrapartida no passivo a rubrica “credores por operações de factoring” e em extrapatrimonial “contratos com recurso - facturas não financiadas”.

A regularização do saldo destas rubricas, ocorrerá à medida que as facturas forem liquidadas.

Estes créditos estão valorizados pelo seu valor nominal, conforme estabelece o nº 3º, nº 2, a) do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As provisões para risco de crédito são calculadas nos termos da versão actual do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, e no mínimo incluem:

- (i) uma provisão específica para crédito vencido (entre 1% e 100%) em função da classe de risco e da existência ou não de garantia; e
- (ii) uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, correspondente a um mínimo de 1% do total do crédito tomado não vencido, incluindo o representado por garantias não bancárias e avales prestados, deduzido do (i) crédito tomado sobre o Sector Público Administrativo, (ii) crédito suportado por garantias bancárias e (iii) crédito que tenha sido objecto de provisão específica.



O valor global das provisões da EUROFACTOR, que em 31 de Dezembro de 2012 ascende a €5.762.528 (2011 €6.552.894) é, nas actuais circunstâncias, considerado suficiente para fazer face aos riscos de crédito identificados, em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de risco de cobrança (ver Nota 3 – d).

O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Os valores a receber relativos a juros são objecto de uma contabilização autónoma na conta de resultados e são reconhecidos quando obtidos por períodos mensais, segundo a regra *pró-rata temporis*. Quanto às comissões, sempre que aplicável, são periodificadas ao longo da vigência dos créditos por imputação mensal.

5) Imparidade

Genericamente, como define o IAS 39, um activo financeiro encontra-se em situação de imparidade quando exista evidência de que tenham ocorrido um ou mais eventos de perda após o reconhecimento inicial do activo, e esses eventos tenham impacto na estimativa do valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro considerado. Esses eventos podem ser tais como: atrasos no pagamento de capital ou juros, probabilidade de falência, etc.

Conforme referido na alínea anterior a avaliação da imparidade é efectuada em base individual e de periodicidade mensal, semestral ou anual, consoante os montantes de responsabilidades envolvidos e o surgimento de indicadores de alerta. Nessa avaliação são considerados os seguintes factores:

- Exposição global do cliente face à EUROFACTOR e outras instituições;
- Notação de risco interno e de empresas especializadas; e, actualização e apreciação da(o):
 - i) Situação económico-financeira do cliente;
 - ii) Risco do sector de actividade em que se insere;
 - iii) Qualidade da gestão do cliente;
 - iv) Qualidade da informação contabilística apresentada;
 - v) Natureza e montante das garantias prestadas; e
 - vi) Crédito em situação de incumprimento superior a 90 dias.

Esta análise determinará se as provisões mínimas específicas do Aviso nº 3/95 serão suficientes ou se será necessário um reforço para manter o valor realizável do crédito no montante adequado.

6) Activos e passivos em moeda estrangeira

Os activos e passivos em moeda estrangeira são geridos na própria moeda segundo sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

A conversão para euros dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio informado pela International Factors Group aos seus membros, por sua vez disponível no *site* “Bloomberg.com”.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

7) Pensões de reforma e de sobrevivência (IAS 19)

A EUROFACTOR não dispõe de fundo de pensões e de sobrevivência. A totalidade dos colaboradores está abrangida pelo Sistema de Segurança Social.

No entanto, a EUROFACTOR dispõe de um seguro-grupo que garante à generalidade dos colaboradores, no momento da sua reforma aos 65 anos, um complemento correspondente a 14 vezes do salário em vigor nesse momento.

O custo anual para cobertura das responsabilidades relativas à manutenção e reforço do fundo que suporta o complemento de pensões de reforma, é determinado com base em estudos actuariais efectuados por uma seguradora, a qual tem, também, a seu cargo a gestão desse fundo de pensões constituído facultativamente pela Sociedade, sendo o respectivo encargo registado na rubrica de custos com o pessoal (ver Nota 3-l).

8) Prémios de antiguidade (IAS 19)

A EUROFACTOR não está sujeita ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, não tendo por isso quaisquer responsabilidades por prémios de antiguidade a atribuir aos seus colaboradores.

9) Acções próprias (IAS 32)

Não aplicável.

10) Instrumentos Financeiros (IFRS 7)

a) Classes de instrumentos financeiros

O Activo da Sociedade apresenta como instrumento financeiro relevante, o activo financeiro designado por “Crédito a clientes”.

Quanto à quantificação e maturidade dos “Créditos a clientes”, ver nota 3-d).

No Passivo, o instrumento financeiro relevante, é apresentado como passivo financeiro e designado por “Recursos de outras instituições de crédito”.



Quanto à quantificação e maturidade dos “Recursos de outras instituições de crédito”, ver nota 3-h).

b) Significado dos instrumentos financeiros na posição financeira e desempenho da actividade da Sociedade

O activo financeiro “Crédito a clientes” representa 95% do activo da Sociedade e está suportado nos passivos financeiros “Recursos de outras instituições de crédito” (ver nota 3-h)), “Credores por contratos de factoring” (ver nota 3-j)) e nos capitais próprios.

Esses passivos financeiros representam 82% do passivo e capital próprio (2011: 79%).

O instrumento financeiro activo apresenta-se mensurado ao justo valor pela utilização de provisões adequadas para fazer face à imparidade por perdas de crédito (ver nota 3-c)).

Os juros pagos e recebidos inerentes à gestão do instrumento financeiro e passivos financeiros associados estão avaliados ao justo valor pela via dos resultados.

Os passivos financeiros estão mensurados em conformidade com a descrição na nota 3-c).

c) Natureza e extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros

O activo financeiro “Crédito a clientes” em conexão com os passivos financeiros inerentes, está sujeito aos seguintes riscos:

- Riscos de crédito: O risco de crédito está associado a situações de insolvência dos aderentes e ou devedores, relativamente aos valores financiados sobre as facturas em cobrança;
- Riscos liquidez: Tem origem nos diferentes períodos de rotação dos fluxos financeiros de pagamentos e recebimentos;
- Riscos taxa de juro: Diferenças no tempo de ajustamento das taxas de juro dos recursos tomados e o crédito concedido. Ver análise de sensibilidade na nota 3-y);
- Riscos de câmbios: Advêm da diferente cobertura em divisas entre activos e passivos.

A Sociedade dispõe de um manual de gestão onde estão definidos, aos diversos níveis da estrutura, os procedimentos adequados, face ao perfil de cada operação, visando prevenir e resolver as diferentes situações supervenientes de risco.



Em reforço das medidas preventivas, em regra geral, a Sociedade dispõe de um seguro de crédito, que cobre os riscos de insolvência até 90% das responsabilidades inerentes ao “Crédito a clientes”.

Nas notas 3-v), 3-w) e 3-x), são relevados os aspectos quantitativos relativos ao risco de crédito, risco de liquidez e risco cambial, respectivamente, a que a Sociedade se encontra exposta.

O rácio de solvabilidade mínimo para as instituições de crédito, definido pelo Banco de Portugal, é de 10%, determina o montante máximo de exposição ao risco de crédito. A 31 de Dezembro de 2012, o rácio de solvabilidade antes da inclusão dos resultados aprovados era de 9,4% (2011: 8,7%).

De acordo com aplicação dos resultados líquidos a 31 de Dezembro de 2011, o rácio atingiu os 10,3% e em 31 de Dezembro de 2012 com a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido de 2012 o rácio ficará acima do limite mínimo exigido pelo Banco de Portugal.

11) Remuneração variável em acções – RVA (IFRS 2)

Não aplicável.

12) Provisões para outros riscos e encargos (IAS 37)

Não aplicável.

13) Impostos sobre os lucros (IAS 12)

A actividade da EUROFACTOR está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O IRC é calculado na base dessa legislação aplicável e o seu pagamento é efectuado com base em declarações de autoliquidação, as quais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do ano a que respeitam.

Os prejuízos fiscais de determinado exercício podem ser deduzidos aos lucros fiscais dos seis anos seguintes, excepto se houver mudança de objecto social ou se alterar substancialmente a natureza da actividade exercida.

Nas situações em que existam diferenças temporárias entre as quantias consideradas para efeitos fiscais e as constantes das demonstrações financeiras, são registados os respectivos impostos diferidos

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias futuras.

Os impostos diferidos activos foram calculados com base nas taxas fiscais em vigor, incluindo a derrama, em que se prevê que seja realizado o respectivo activo.

Os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios, nomeadamente, embora não aplicável, os ganhos e perdas em acções próprias e em títulos disponíveis para venda (ver Nota 3-u).

14) Responsabilidade por férias e subsídio de férias

O valor da responsabilidade por férias e subsídio de férias e respectivos encargos de 2012 e 2011, a pagar no ano seguinte, foi imputado como custo desses exercícios, por contrapartida da rubrica "Contas de regularização" apresentada no passivo.

15) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

- O valor da imparidade do crédito é estimado com base nos fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.
- As responsabilidades por seguro de complemento de reforma, são estimadas com base em tábuas actuariais e no pressuposto de crescimento dos salários. Pressupostos baseados nas expectativas que a seguradora tem para o período durante o qual irão ser pagos os complementos de reforma.
- Os impostos diferidos activos foram calculados com base na legislação fiscal actual. Alterações e diferentes interpretações da legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura.

16) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de constituição da operação, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2 - Relato por segmentos (IFRS 8)

a) Segmentos geográficos

A EUROFACTOR desenvolve a sua actividade de factoring (produto/serviço incluído na banca comercial), no mercado doméstico que corresponde às operações desenvolvidas com aderentes e respectivos devedores sediados em Portugal e a actividade internacional que se subdivide em “export”, quando o aderente é nacional e os devedores são estrangeiros, e “import”, quando os devedores são nacionais e o factor correspondente está sediado no exterior. No mercado internacional, as operações desenvolvem-se sobretudo com países da União Europeia.

b) Segmentos por linhas de negócio

O único segmento de negócio que a EUROFACTOR se dedica é ao da Banca Comercial e dentro deste, especificamente, ao serviço de factoring. Todos os resultados, apresentados nas demonstrações financeiras, têm origem neste negócio.

3 - Notas

a) Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Caixa	1.334	760
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	-	-
	<u>1.334</u>	<u>760</u>

b) Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem	5.373.395	102.434
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem	1.037.251	590.283
Juros a receber	-	-
	<u>1.037.251</u>	<u>590.283</u>
	<u>6.410.646</u>	<u>692.717</u>

c) Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Justo valor de activos e passivos financeiros

Os activos e passivos que se encontram registados no Balanço da Sociedade ao custo amortizado são:

- Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito – são constituídas por depósitos à ordem e de muito curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são as taxas do mercado;
- Crédito a clientes – é constituído por contratos de maturidades reduzidas sendo os adiantamentos remunerados a taxas de juro que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, ou o seu valor ajustado por um prémio de liquidez associado ao desconto antecipado das facturas cedidas, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico;
- Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados - a Sociedade não detém uma carteira de títulos, existindo apenas uma participação financeira inferior a 10% na IF International Factors Group SG, no montante líquido de €1.000, a qual se encontra reflectida no balanço ao custo de aquisição (que corresponde ao respectivo valor nominal), deduzido de uma provisão para desvalorizações de carácter permanente e que ascende a €5.252. A diferença para a valorização desta participação segundo o método da equivalência patrimonial não é significativa;
- Débitos para com instituições de crédito – são constituídos maioritariamente por tomadas de muito curto prazo e curto prazo, com taxa variável, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado; e
- Outros passivos – encontram-se registados nesta rubrica as responsabilidades com adiantamentos efectuados por conta de contratos de factoring com recurso. Ver ponto acima sobre Crédito a clientes.

d) Crédito a clientes

Estes créditos apresentam em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Crédito vincendo:		
Crédito interno:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	1.158.361	4.711.370
Sem recurso	<u>57.842.914</u>	<u>59.305.880</u>
	<u>59.001.275</u>	<u>64.017.250</u>
Crédito ao exterior:		
Empresas e administrações públicas		
Créditos tomados - Factoring:		
Com recurso	2.693.642	8.738.254
Sem recurso	<u>101.245.719</u>	<u>73.204.899</u>
	<u>103.939.361</u>	<u>81.943.153</u>
	<u>162.940.636</u>	<u>145.960.403</u>
Crédito e juros vencidos:		
Crédito a clientes		
Empresas e administrações públicas		
Até 3 meses	19.847.863	35.450.551
De três meses a um ano	482.939	3.634.590
De um ano a cinco anos	3.231.487	5.504.165
Mais de cinco anos	<u>962.349</u>	<u>846.694</u>
	<u>24.524.638</u>	<u>45.436.000</u>
Total bruto	<u>187.465.274</u>	<u>191.396.403</u>
Menos:		
Provisão para crédito de cobrança duvidosa	-	-
Provisão para crédito e juros vencidos	4.539.996	5.532.208
Provisão para risco país	-	-
Imparidade sobre crédito a clientes	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.539.996</u>	<u>5.532.208</u>
Total líquido	<u>182.925.277</u>	<u>185.864.195</u>

Provisões para perdas de crédito a clientes:

Saldos, movimentos e decomposição das contas de provisões para riscos específico de crédito:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Saldo a 1 de Janeiro	<u>5.532.208</u>	<u>5.153.886</u>
Dotações	321.940	540.517
Transferências	-	-
Utilizações	(1.314.152)	(162.195)
Anulações	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>4.539.996</u>	<u>5.532.208</u>

Nota: De acordo com as Instrução nº 2/98, emitida pelo Banco de Portugal, o crédito tomado "com recurso" não financiado é registado na conta extrapatrimonial "995 - Contratos com recurso//Facturas não financiadas".

Garantias reais: Alguns contratos de cedência de créditos têm associadas garantias reais. O crédito em Balanço com garantias reais (hipotecas sobre imóveis) em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é o seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Contratos com recurso	1.142.000	1.178.600
Contratos sem recurso	-	-

Créditos garantidos por seguro de crédito:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Crédito sob seguro de crédito	167.005.845	171.320.289

Créditos renegociados: A Sociedade não tem em carteira créditos cujos termos tenham sido renegociados, tal como o definido pelo Banco de Portugal, caso contrário estariam vencidos ou em imparidade.

e) Outros activos tangíveis e activos intangíveis

Esta rubrica, entre 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2012, teve a seguinte evolução:

Rubrica	31-12-2011		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transfe-rências	31-12-2012
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Activos intangíveis						
° Despesas de estabelecimento	319.110	(319.110)	-	-	-	-
° Custos plurianuais	88	(88)	-	-	-	-
° Sist. trat. autom. de dados	202.725	(195.494)	3.624	(6.462)	-	4.392
° Estudo de mercado	7.536	(7.536)	-	-	-	-
	<u>529.458</u>	<u>(522.228)</u>	<u>3.624</u>	<u>(6.462)</u>	<u>-</u>	<u>4.392</u>
Outros activos tangíveis						
° Equipamento	428.733	(400.491)	28.772	(18.331)	(1.563)	37.120
Total	<u>958.192</u>	<u>(922.720)</u>	<u>32.396</u>	<u>(24.793)</u>	<u>(1.563)</u>	<u>41.512</u>
Rubrica	31-12-2010		Aquisições	Amortizações do exercício	Abates/Transfe-rências	31-12-2011
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor líquido
Activos intangíveis						
° Despesas de estabelecimento	319.110	(319.110)	-	-	-	-
° Custos plurianuais	88	(88)	-	-	-	-
° Sist. trat. autom. de dados	196.800	(184.458)	5.925	(11.036)	-	7.231
° Estudo de mercado	7.536	(7.536)	-	-	-	-
	<u>523.533</u>	<u>(511.192)</u>	<u>5.925</u>	<u>(11.036)</u>	<u>-</u>	<u>7.231</u>
Outros activos tangíveis						
° Equipamento	550.949	(509.847)	2.739	(15.599)	-	28.242
Total	<u>1.074.481</u>	<u>(1.021.040)</u>	<u>8.664</u>	<u>(26.635)</u>	<u>-</u>	<u>35.473</u>

f) Activos por impostos diferidos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Por diferenças temporárias (ver Nota 1 - c.13)	787.864	649.061
	<u>787.864</u>	<u>649.061</u>

As diferenças temporárias e o correspondente imposto diferido, decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2012</u>		<u>31-12-2011</u>	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Provisões não aceites fiscalmente:				
- Para riscos gerais de crédito	979.641	259.605	777.795	206.116
- Para crédito vencido com seguro de crédito	197.406	52.312	361.884	95.899
- Para crédito vencido	1.796.026	475.947	1.309.607	347.046
	<u>2.973.072</u>	<u>787.864</u>	<u>2.449.286</u>	<u>649.061</u>
Variação no exercício (ver Nota 3 - u))		<u>(138.803)</u>		<u>(125.185)</u>

g) Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Outros devedores diversos	432	1.132
Outros rendimentos a receber	8.652	20.897
Despesas com encargo diferido	52.056	48.170
Outras operações a regularizar:		
- Valores recebidos não identificados	574.888	1.891.872
- IRC pagamento por conta	880.479	388.179
- Outros a regularizar	19.957	5.848
	<u>1.536.464</u>	<u>2.356.098</u>

A variação da posição em balanço dos "Valores recebidos não identificados", explica-se pelo volume de cobranças não afectas à liquidação de facturas em gestão quando do fecho do exercício a 31 de Dezembro, o qual está relacionado com o volume de recebimentos que ocorrem nos últimos dias de cada ano. Estes valores, logo que identificados os devedores, são regularizados por contrapartida da conta de depósitos à ordem.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Outras operações a regularizar – Outros a regularizar” é constituída por valores diversos em fase de regularização nas contas correntes dos aderentes.

h) Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Até 3 meses		
◦ Deutsche Bank (Portugal)	1.522.398	6.791.718
◦ Crédit Agricole, SA - U.K.	10.000.000	15.000.000
◦ Crédit Agricole, SA - França	50.813.378	35.959.779
◦ Eurofactor, S.A. - França	80.014.364	80.025.191
	<u>142.350.140</u>	<u>137.776.688</u>

i) Provisões

Esta rubrica é relativa a provisões para risco geral de crédito associadas à rubrica de crédito a clientes (ver Nota 1- c.4). As provisões para crédito vencido (risco específico), estão apresentadas na Nota 3 - d).

O saldo desta rubrica é o seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Saldo inicial	1.020.686	1.020.686
Aumento	201.846	-
Transferência	-	-
Saldo final	<u>1.222.532</u>	<u>1.020.686</u>

j) Outros passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Credores e outros recursos:		
IVA a pagar	575	-
Retenção de impostos na fonte	225.071	113.423
Contribuições para a segurança social	18.745	20.509
Credores por contratos de factoring	27.594.251	30.519.081
Credores por fornecimento de bens	2.480	1.877
Outros credores	106.774	117.652
	<u>27.947.896</u>	<u>30.772.542</u>
Outros encargos a pagar		
Por gastos com pessoal	253.922	263.354
Por gastos administrativos	484.906	402.695
Outros encargos a pagar	11.838	11.426
	<u>750.666</u>	<u>677.475</u>
Outras contas de regularização		
Outras contas a regularizar		
Operações de factoring	695.772	2.483.204
IRC a regularizar (Nota 3 – u)	926.051	1.022.617
Diversos	714	472
	<u>1.622.537</u>	<u>3.506.293</u>
	<u><u>30.321.100</u></u>	<u><u>34.956.310</u></u>

Os “Credores por contratos de factoring” representam 91% em 2012 (87% em 2011) dos “Outros passivos”. Esta rubrica diz respeito à componente dos créditos tomados com cobertura de risco não financiados. A relação entre o saldo de “Credores por contratos de factoring” e o saldo de “Créditos a clientes” (Nota 3 – d), foi de 15,0% em 2012 (16,0% em 2011). As variações destes saldos estão directamente relacionadas entre si e dependem da percentagem média de financiamento, rotação das cobranças e montante e sazonalidade dos créditos tomados.

k) Capital

Esta rubrica apresenta a seguinte evolução e situação a 31 de Dezembro de 2012:

	Saldo 31-12-2011	Movimento do período		Saldo 31-12-2012
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	10.000.000	-	-	10.000.000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102.473	-	-	102.473
Reservas legais	896.865	344.902	-	1.241.767
Resultados transitados	2.546.938	1.954.444	-	4.501.382
Resultado líquido				
◦ Exercício de 2011	2.299.346		2.299.346	-
◦ Exercício de 2012	-	1.964.705	-	1.964.705
	<u>15.845.622</u>	<u>4.264.051</u>	<u>2.299.346</u>	<u>17.810.327</u>

	Saldo 31-12-2010	Movimento do período		Saldo 31-12-2011
		Aumento (Diminuição)	Transfe- rência	
Capital	10.000.000	-	-	10.000.000
Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas	102.473	-	-	102.473
Reservas legais	734.016	162.849	-	896.865
Resultados transitados	2.500.797	46.141	-	2.546.938
Resultado líquido				
◦ Exercício de 2010	1.085.662	-	1.085.662	-
◦ Exercício de 2011	-	2.299.346	-	2.299.346
	<u>14.422.948</u>	<u>2.508.336</u>	<u>1.085.662</u>	<u>15.845.622</u>

Assim, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital integralmente subscrito e realizado, é de dez milhões de euros, dividido em dois milhões de acções, com valor nominal de cinco euros, cada uma.

A rubrica “Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas” expressa o impacto da aplicação das NCA’s em 31 de Dezembro de 2005 e teve como contrapartida as seguintes rubricas:

Impostos diferidos	108.258
Anulação de custos plurianuais	(5.785)
	<u><u>102.473</u></u>



Nos termos legais, a Sociedade deverá constituir as seguintes reservas que não estão disponíveis para distribuição:

Reserva legal pela aplicação de pelo menos 10% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital.

Reserva especial pela aplicação de pelo menos 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, até à concorrência do capital, destinada a cobrir as depreciações do activo ou os prejuízos que a demonstração de resultados não possa suportar.

De acordo com a proposta do Conselho de Administração aprovada em Assembleia Geral de 16 de Março de 2012, o resultado do exercício de 2011, foi aplicado da seguinte forma:

Para reserva legal	229.935
Para reserva especial	114.967
Para dividendos	-
Para resultados transitados	<u>1.954.444</u>
	<u>2.299.346</u>

I) Responsabilidades de seguro para complemento de pensões de reforma

Foi elaborado com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o estudo actuarial relativo às responsabilidades decorrentes do seguro para complemento de reforma afecto ao Plano de Reformas de Benefício Definido, segundo o qual, cada participante ao atingir a idade normal de reforma, ao serviço da EUROFACTOR (segurado), deverá ter disponível um capital igual a catorze vezes o salário mensal auferido nessa data. Pelo menos dois terços desse capital deve ser pago sob a forma de prestação pecuniária mensal vitalícia, podendo a diferença ser paga sob a forma de capital.

O cálculo actuarial tem subjacente os seguintes dados, pressupostos e metodologia:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Dados:		
- Número de participantes beneficiários no activo	17	17
- Datas de nascimento dos beneficiários no activo	sim	sim
- Datas de admissão na Empresa	sim	sim
- Salários dos participantes no início do ano seguinte	sim	sim
- Beneficiários no activo com 65 ou mais anos	0	0
- Reformados a beneficiar do complemento de reforma	0	1
- Massa Salarial Anual (14 Meses) (€)	485.170	463.832
Pressupostos:		
- Taxa anual de crescimento salarial	2,0%	2,0%
- Taxa anual de rendimento	3,0%	3,0%
- Taxa de desconto utilizada na avaliação	3,0%	3,0%
- Data de referência dos cálculos	01-01-2013	01-01-2012
- Idade Normal de Reforma (anos)	65	65
- Tábua de Mortalidade	TPRV 93	TPRV 93
Método de cálculo utilizado:		
- Projected Unit Credit Cost Method	sim	sim

Os resultados da avaliação actuarial do seguro de complemento de reforma e os Indicadores em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são os seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Resultados da avaliação actuarial:		
Responsabilidades por serviços futuros	248.872	246.610
Responsabilidades por serviços passados	a) 126.206	109.922
Responsabilidades totais	<u>375.077</u>	<u>356.532</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões		
Situação em 1 de Janeiro	145.542	180.367
Contribuições efectuadas no exercício	12.614	15.432
Rendimento do fundo de pensões	4.503	5.591
Pensões pagas	-	(55.848)
Situação em 31 de Dezembro	b) 162.659	145.542
Excesso/(Insuficiência) de cobertura c) = b) - a)	<u>36.454</u>	<u>35.620</u>
Percentagem de cobertura das responsabilidades por serviços passados	<u>129%</u>	<u>132%</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 as demonstrações financeiras da Sociedade registaram na rubrica de custos com pessoal as contribuições de, respectivamente, €12.614 e €15.432.

Cada segurado, integrado nestes seguros de grupo, participa nos fundos autónomos, não através de unidades específicas de valor (ex. UPs) mas em função do saldo da sua conta poupança verificado a 31 de Dezembro:

Saldo da Conta Poupança:	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Apólice Recogan nº 433.712	41.684	40.003
Apólice RecoganXXI nº 482.271	120.976	105.539
Total do Saldo da Conta Poupança:	<u>162.659</u>	<u>145.542</u>

O saldo da Conta Poupança é ajustado anualmente tendo em conta a cobertura no imediato das Responsabilidades por Serviços Passados e a cobertura, no médio e longo prazo, das Responsabilidades por Serviços Futuros.

Em 2012, a rentabilidade verificada das apólices Recogan nº 433.712 e RecoganXXI nº 482.271, foi, respectivamente de 4,2% e 3,0% (2011: 4,0% e 3,0%, respectivamente).

A composição em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, associada a dois fundos autónomos, que correspondem respectivamente a duas apólices distintas, é a seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Recogan, apólice nº 433.712, composição:		
Obrigações	96,0%	96,0%
Fundos de Obrigações	0,0%	0,0%
Acções	0,0%	0,0%
Fundos de Acções	0,0%	0,0%
Fundos Imobiliários	4,0%	4,0%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>
RecoganXXI, apólice nº 482.271, composição:		
Obrigações	89,9%	89,9%
Fundos de Obrigações	5,5%	5,5%
Acções	2,1%	2,1%
Fundos de Acções	2,4%	2,4%
Fundos Imobiliários	0,1%	0,1%
	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

As apólices de seguro estão inseridas num Fundo de Investimento Autónomo cujos valores das provisões matemáticas estão representados em activos, cuja composição obedece às regras prudenciais do Instituto de Seguros de Portugal.

Na composição dos fundos de complemento de reforma, não se encontra nenhum: (1) activo que esteja a ser utilizado pela Sociedade e (2) título emitido pela Sociedade.

A gestão destes fundos está a cargo da Groupama Asset Management.

m) Contas extrapatrimoniais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Garantias recebidas		
Por cartas de crédito "stand-by"	51.500.000	45.250.000
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito revogáveis	279.322.145	256.660.889
Compromissos assumidos por terceiros		
Por linhas de crédito irrevogáveis	75.000.000	166.200.000
Responsabilidades por prestações de serviços		
De cobrança de Valores		
Facturas de Factoring Import	781.213	10.197.182
Contratos com recurso - Facturas não financiadas	35.689.321	48.665.829
Cartas de conforto recebidas a favor de Instituições de crédito	-	5.000.000
	<u>442.292.679</u>	<u>531.973.900</u>

n) Margem financeira

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Juros e rendimentos similares de:		
Disponibilidades	911	2.767
Crédito a clientes de factoring	4.633.088	5.226.884
Comissões relacionadas com o factoring	3.526.468	3.317.650
	<u>8.160.467</u>	<u>8.547.301</u>
Juros e encargos similares de:		
Recursos de instituições de crédito no País	24.984	4.207
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	2.083.596	1.862.493
	<u>2.108.579</u>	<u>1.866.700</u>
Margem financeira	<u>6.051.888</u>	<u>6.680.601</u>

o) Rendimentos e encargos com serviços e comissões

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões de serviços relacionados com o factoring	<u>231.056</u>	<u>272.477</u>
Encargos com serviços e comissões		
Comissões de garantias recebidas	57.017	56.581
Por serviços bancários prestados por terceiros	422.871	440.826
Outros	<u>120.473</u>	<u>79.287</u>
	<u>600.362</u>	<u>576.694</u>

p) Resultados líquidos diversos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
De alienação de outros activos		
Outros activos tangíveis	<u>-</u>	<u>(21.600)</u>

q) Outros resultados de exploração

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Outros impostos	(30.038)	(130.950)
Outros encargos e gastos operacionais		
Quotas	(13.940)	(13.940)
Outros	(1.578)	(375)
Outros rendimentos e receitas operacionais		
Reembolso de despesas	106.034	138.522
Recuperação de créditos, juros e despesas	16.018	1.620
Recebimentos de prestação de serviços diversos	264.774	241.678
Outros	<u>16.056</u>	<u>1.287</u>
	<u>357.326</u>	<u>237.841</u>

r) Custos com o pessoal e gastos gerais administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Custos com pessoal		
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	-	-
Remunerações de empregados	779.482	901.620
Encargos sociais obrigatórios	190.728	210.750
Outros custos com o pessoal	166.990	174.152
	<u>1.137.200</u>	<u>1.286.522</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	21.037	28.757
Material de consumo corrente	25.166	29.030
Publicações	589	629
Material de higiene e limpeza	2.866	3.284
Outros fornecimentos	3.957	3.765
	<u>53.614</u>	<u>65.465</u>
Com serviços		
Rendas e alugueres	293.920	303.844
Comunicações	116.940	169.184
Deslocações, estadas e representação	34.764	37.648
Publicidade e edição de publicações	6.180	7.351
Conservação e reparação	5.011	13.378
Formação de pessoal	3.332	3.150
Seguros	361.563	440.750
Serviços especializados	258.909	403.408
Outro serviços	467.943	139.981
	<u>1.548.567</u>	<u>1.518.694</u>
	<u>1.602.181</u>	<u>1.584.159</u>

s) Efectivos

O efectivo anual de pessoal ao serviço da EUROFACTOR nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Diretores	4	4
Administrativos	26	27
	<u>30</u>	<u>31</u>

t) Amortizações do exercício

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Activos tangíveis		
Equipamento	<u>18.331</u>	<u>15.599</u>
Activos intangíveis		
Software	<u>6.462</u>	<u>11.036</u>
	<u>24.794</u>	<u>26.635</u>

u) Impostos

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama.

- Nos termos da legislação actualmente em vigor, a estimativa da matéria colectável em IRC para o exercício de 2012, ascendeu a €3.277.718. A diferença apurada entre o lucro contabilístico de 2012 e o respectivo lucro fiscal, resulta essencialmente da sujeição a tributação das provisões criadas no exercício para crédito vencido e provisões económicas acima dos mínimos exigidos pelas normas do Banco de Portugal ((ver Notas 1 – c.4) e (3 – f)).
- O encargo com o IRC em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 foi de €926.044, €1.023.832 e €466.401, respectivamente. Os encargos relativos a 2011 e 2010 foram integralmente pagos.

No exercício de 2012 foram contabilizados Impostos Diferidos Activos no montante de €138.803 (2011: €125.184).

Estes impostos diferidos estão relacionados com o reforço de provisões no exercício para risco geral de crédito, para o crédito vencido, e para o crédito vencido coberto por apólice de seguro de crédito, segundo as normas do Banco de Portugal, mas não aceites como custos pelas autoridades fiscais.

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga no final de cada exercício, é como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Imposto corrente	926.044	1.023.832
Imposto diferido (ver Nota 3 - f))	<u>(138.803)</u>	<u>(125.184)</u>
Total do imposto registado em resultados (1)	<u>787.241</u>	<u>898.648</u>
Resultado antes de impostos (2)	<u>2.751.946</u>	<u>3.197.993</u>
Carga fiscal [(1)/(2)]	<u>28,61%</u>	<u>28,10%</u>

A taxa nominal de impostos decompõe-se como segue:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
IRC 12,5% sobre Matéria Colectável <= €12.500	n.a.	1,6%
IRC 25,0% sobre Matéria Colectável > €12.500	n.a.	21,9%
IRC 25,0% sobre Matéria Colectável	25,0%	0,0%
IRC 2,5% sobre Matéria Colectável > €2.000.000	n.a.	2,5%
IRC 3,0% sobre Matéria Colectável > €1.500.000	3,0%	n.a.
DERRAMA (1,5% * Matéria Colectável total)	<u>1,5%</u>	<u>1,5%</u>
Taxa nominal de impostos	<u>29,5%</u>	<u>27,4%</u>

Reconciliação entre o custo do exercício com o imposto corrente e o saldo em balanço:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Reconhecimento como custo do exercício	926.044	1.023.832
Pagamentos por conta	<u>(880.479)</u>	<u>(388.179)</u>
Saldo corrente a pagar / (receber)	<u>45.565</u>	<u>635.653</u>

Em 2012 e 2011, registados em Activos e Passivos por impostos correntes.

v) Risco de crédito (IFRS 7)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, correspondia aos seguintes montantes:

<u>Tipo de instrumento financeiro</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor contabilístico bruto</u>	<u>Imparidade (provisões)</u>	<u>Valor contabilístico líquido</u>
Posição a 31/12/12:				
Crédito a clientes	187.465.274	187.465.274	4.539.996	182.925.277
Posição a 31/12/11:				
Crédito a clientes	191.396.403	191.396.403	5.532.208	185.864.195

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o crédito e juros vencidos, apresenta a seguinte composição:

<u>31-12-2012</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Total</u>
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	19.847.863	300.729	182.209	796.678	3.397.159	24.524.638
Imparidade (provisões)	(282.401)	(41.346)	(22.412)	(796.678)	(3.397.159)	(4.539.996)
	<u>19.565.462</u>	<u>259.383</u>	<u>159.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.984.641</u>
<u>31-12-2011</u>						
Crédito a clientes						
Para os quais foi feita uma análise individual						
Crédito e juros vencidos	35.450.551	1.405.963	2.228.627	2.201.489	4.149.370	45.436.000
Imparidade (provisões)	(324.960)	(106.512)	(380.855)	(571.105)	(4.148.776)	(5.532.208)
	<u>35.125.591</u>	<u>1.299.451</u>	<u>1.847.771</u>	<u>1.630.384</u>	<u>594</u>	<u>39.903.792</u>

w) Risco de liquidez (IFRS 7)

Em 31 de Dezembro de 2012, os prazos contratuais residuais, relativos aos activos e passivos financeiros, apresentam a seguinte estrutura:

<u>31-12-2012</u>	<u>À vista</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 6 meses</u>	<u>6 a 12 meses</u>	<u>1 a 3 anos</u>	<u>Mais de 3 anos</u>	<u>Indeterminado</u>	<u>Total</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.334	-	-	-	-	-	-	1.334
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6.410.646	-	-	-	-	-	-	6.410.646
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Crédito a clientes	162.940.636	19.565.462	259.383	159.797	-	-	-	182.925.277
	<u>169.352.616</u>	<u>19.565.462</u>	<u>259.383</u>	<u>159.797</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>189.338.257</u>
Recursos de outras instituições de crédito	1.548.547	50.801.594	80.000.000	-	10.000.000	-	-	142.350.140
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.548.547</u>	<u>50.801.594</u>	<u>80.000.000</u>	<u>-</u>	<u>10.000.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>142.350.140</u>
<u>31-12-2011</u>								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	760	-	-	-	-	-	-	760
Disponibilidades em outras instituições de crédito	692.717	-	-	-	-	-	-	692.717
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
Crédito a clientes	145.960.403	35.125.591	1.299.451	1.847.771	1.630.384	594	-	185.864.195
	<u>146.653.881</u>	<u>35.125.591</u>	<u>1.299.451</u>	<u>1.847.771</u>	<u>1.630.384</u>	<u>594</u>	<u>1.000</u>	<u>186.558.673</u>
Recursos de outras instituições de crédito	24.269.864,82	18.506.823	-	5.000.000	90.000.000	-	-	137.776.688
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>24.269.865</u>	<u>18.506.823</u>	<u>-</u>	<u>5.000.000</u>	<u>90.000.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>137.776.688</u>

Os *cash-flows* futuros não descontados dos passivos financeiros, são os seguintes:

	À vista	Até 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Indeter- minado	Total
31-12-2012								
Recursos de outras instituições de crédito	1.548.547	50.801.594	80.000.000	-	10.000.000	-	-	142.350.140
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.548.547	50.801.594	80.000.000	-	10.000.000	-	-	142.350.140
31-12-2011								
Recursos de outras instituições de crédito	24.269.865	18.506.823	-	5.000.000	90.000.000	-	-	137.776.688
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	-
	24.269.865	18.506.823	-	5.000.000	90.000.000	-	-	137.776.688

x) Risco cambial (IFRS 7)

A EUROFACTOR assume exposição em risco cambial derivado da flutuação das taxas de câmbio dos seus activos e passivos (justo valor e fluxos de caixa).

A prevenção de riscos de liquidação das operações cambiais, faz parte do manual de controlo interno da EUROFACTOR e preenche os princípios e recomendações da Instrução nº 72/96 do Banco de Portugal.

Não existem riscos cambiais significativos na actividade de crédito desenvolvida pela EUROFACTOR. De facto, por normativo interno, está vedada a realização de qualquer operação de crédito ou de cobertura de risco de crédito que comporte riscos cambiais.

A tabela abaixo apresenta os activos e passivos categorizados por tipo de moeda, em que a Sociedade estava exposta a risco de flutuações de taxa de câmbio. Os montantes apresentados na tabela abaixo, são os valores de balanço dos activos e passivos convertidos à taxa de câmbio das datas de balanço.

31 de Dezembro de 2012

	EUR	GBP	USD	DKK	Total
Activos					
Caixa	1.025	309	-	-	1.334
Disponibilidades em O.I.C.'s	4.672.729	870.578	867.340	-	6.410.646
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.000	-	-	-	1.000
Crédito a clientes - líquido de provisões	167.996.589	5.996.419	8.630.042	302.227	182.925.277
Activos Tangíveis - líquido de amortizações	37.120	-	-	-	37.120
Activos intangíveis - líquido de amortizações	4.392	-	-	-	4.392
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	787.864	-	-	-	787.864
Outros activos	1.536.464	-	-	-	1.536.464
Total do Activos (a)	175.037.184	6.867.306	9.497.382	302.227	191.704.098
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	127.609.149	5.990.701	8.489.000	261.290	142.350.140
Provisões	1.125.968	57.884	35.658	3.022	1.222.532
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Outros passivos	27.483.744	1.063.671	1.744.269	29.415	30.321.099
	156.218.861	7.112.256	10.268.927	293.727	173.893.771
Capital próprio					
Capital	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	5.845.622	-	-	-	5.845.622
Resultado do exercício	1.964.705	-	-	-	1.964.705
	17.810.327	-	-	-	17.810.327
Total do Passivo e Capital próprio (b)	174.029.188	7.112.256	10.268.927	293.727	191.704.099
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2012 [(a)-(b)]	1.007.996	(244.950)	(771.545)	8.499	-
Exposições extrapatrimoniais	35.053.499	414.090	1.001.484	-	36.469.073
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	267.441.283	8.577.204	3.008.022	295.636	279.322.145
31 de Dezembro de 2011					
	EUR	GBP	USD	DKK	Total
Activos					
Caixa	451	309	-	-	760
Disponibilidades em O.I.C.'s	349.530	328.589	14.598	-	692.717
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.000	-	-	-	1.000
Crédito a clientes - líquido de provisões	182.600.607	1.809.425	1.198.210	255.953	185.864.195
Activos Tangíveis - líquido de amortizações	28.242	-	-	-	28.242
Activos intangíveis - líquido de amortizações	7.231	-	-	-	7.231
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Activos por impostos diferidos	649.061	-	-	-	649.061
Outros activos	2.356.098	-	-	-	2.356.098
Total do Activos (a)	185.992.220	2.138.323	1.212.808	255.953	189.599.305
Passivos					
Recursos de outras instituições de crédito	135.067.374	1.787.737	711.244	210.333	137.776.688
Provisões	1.002.764	9.937	6.580	1.406	1.020.686
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-
Outros passivos	33.928.973	379.049	594.413	53.874	34.956.310
	169.999.111	2.176.723	1.312.237	265.613	173.753.683
Capital próprio					
Capital	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Outras reservas e resultados transitados	3.546.276	-	-	-	3.546.276
Resultado do exercício	2.299.346	-	-	-	2.299.346
	15.845.622	-	-	-	15.845.622
Total do Passivo e Capital próprio (b)	185.844.733	2.176.723	1.312.237	265.613	189.599.305
Posição líquida de balanço a 31-Dez-2011 [(a)-(b)]	147.488	(38.400)	(99.428)	(9.660)	-
Exposições extrapatrimoniais	58.745.837	(20.263)	83.425	-	58.808.999
Compromissos revogáveis assumidos pela Sociedade	247.818.551	7.395.539	1.440.005	6.795	256.660.889

y) Análise de sensibilidade ao risco

A actividade da Sociedade é sobretudo sensível às variações das taxas de juro, tanto pela via do financiamento como pela do refinanciamento. Face à variação de mais/menos de 0,1% na taxa de juro, os efeitos médios na conta de resultados em 31 de Dezembro de 2012, seriam os seguintes:

	<u>31-12-2012</u>	<u>31-12-2011</u>
Parâmetros implicados na análise:		
- Taxa de referência	Euribor 3 M	Euribor 3 M
- Refinanciamento em "Outras instituições de crédito"	142.350.140	137.776.688
- Financiamento a clientes	159.892.418	160.877.323
- Tempo médio de realinhamento de taxas em "Crédito a clientes"	1 Mês	1 Mês
Efeitos nos resultados:		
a) Subida das taxas de juro	0,10%	0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	11.863	11.481
a) Descida das taxas de juro	-0,10%	-0,10%
- Variação de juros a pagar antes do realinhamento	<u>(11.863)</u>	<u>(11.481)</u>
% do efeito na variação do Resultado Líquido (+ / -)	<u>1,09%</u>	<u>1,06%</u>

z) Informações sobre o órgão de administração e de fiscalização

a) Montante das remunerações atribuídas no exercício:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
- ao Conselho de Administração	0	0
- ao Fiscal Único	22.000	22.000

b) Montante dos compromissos surgidos ou contratados em matérias de pensões de reforma para os antigos membros do órgão de administração e de fiscalização: Não aplicável;

c) Montante de adiantamentos e créditos e compromissos assumidos por conta do Conselho de Administração e do Fiscal Único a título de garantia de qualquer espécie: Não aplicável.

aa) Transacções com partes relacionadas

Entidade	Descrição	31-12-2012		31-12-2011	
		Balço		Balço	
		Activo	Passivo	Activo	Passivo
LCL	Disponibilidades	28.647	-	120.042	-
Eurofactor France	Recursos de Instituições de Crédito	-	80.000.000	-	80.000.000
	Juros a pagar	-	14.364	-	25.191
CA-CIB(a)	Disponibilidades	871.787	-	350.525	-
Credit Agricole	Disponibilidades	36.675	-	119.163	-
	Recursos de Instituições de Crédito	-	60.801.594	-	50.906.823
	Juros a pagar	-	11.785	-	51.918
Eurofactor France	Comissões a receber	-	-	-	-
	Comissões a pagar	-	278	-	13.060
	Comissões a pagar (St. By Letter)	-	27.953	-	28.153
	Custos diversos a pagar	-	223.767	-	147.043
Eurofactor Espanha	Comissões a receber	2.953	-	14.670	-
	Comissões a pagar	-	7.439	-	11.440
Eurofactor Outros(b)	Comissões a receber	3.113	-	4.242	-
	Comissões a pagar	-	6.536	-	2.343
Total em balanço		943.175	141.093.716	608.642	131.185.971
		Extrapatrimonial		Extrapatrimonial	
LCL	Linhas de crédito		-		-
Credit Agricole	Linhas de crédito		70.000.000		160.000.000
Eurofactor France	Cartas de conforto		-		5.000.000
	Stand-by letters		51.500.000		45.250.000
Eurofactor Espanha	Stand-by letters		-		-
		Demonstração de Resultados		Demonstração de Resultados	
		Custos	Proveitos	Custos	Proveitos
LCL	Juros de empréstimos	-	-	-	-
Credit Agricole	Juros de empréstimos	304.969	-	1.836.730	-
Eurofactor France	Juros de empréstimos	1.778.111	-	25.191	-
	Comissões (St.-By Letters)	57.017	-	56.581	-
	Comissões diversas	119.479	13.046	142.148	45.825
	Custos/Proveitos diversos	444.454	-	444.454	-
Eurofactor Espanha	Comissões diversas	99.376	31.832	126.030	56.441
Eurofactor Outros(b)	Comissões diversas	76.639	4.081	92.509	3.796
Total na Demonstração de Resultados		2.880.045	48.958	2.723.643	106.062

(a) CA-CIB em Espanha e Inglaterra; (b) Filiais na Alemanha, Bélgica e Itália.

ab) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos do cálculo da demonstração de fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem as seguintes componentes:

	31-12-2012	31-12-2011
Numerário	1.334	760
Disponibilidades sobre outras instituições de crédito:		
Depósitos à Ordem	6.410.646	692.717
	6.411.980	693.478



ac) Consolidação de contas

As contas da Sociedade são consolidadas nas contas da Eurofactor, SA. As contas da Eurofactor, SA podem ser obtidas directamente na sua Sede, 12 Place des Etats-Unis - 92120 Montrouge – Paris (France).

Directora Financeira

Martinha Martins

O Conselho de Administração:

Olivier Fleurant

Olivier Joyeux

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 191 704 milhares de euros e um total de capital próprio de 17 810 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1 965 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (“NCA”) emitidas pelo Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas na União Europeia, com as excepções referidas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

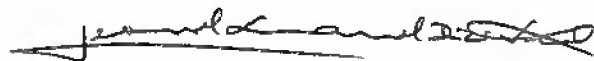
OPINIÃO

7. Em nossa opinião as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring SA** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2013



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias acompanhámos com regularidade, durante o exercício de 2012, a actividade da EUROFACTOR PORTUGAL – Sociedade de Factoring, SA, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Assim, somos de parecer:

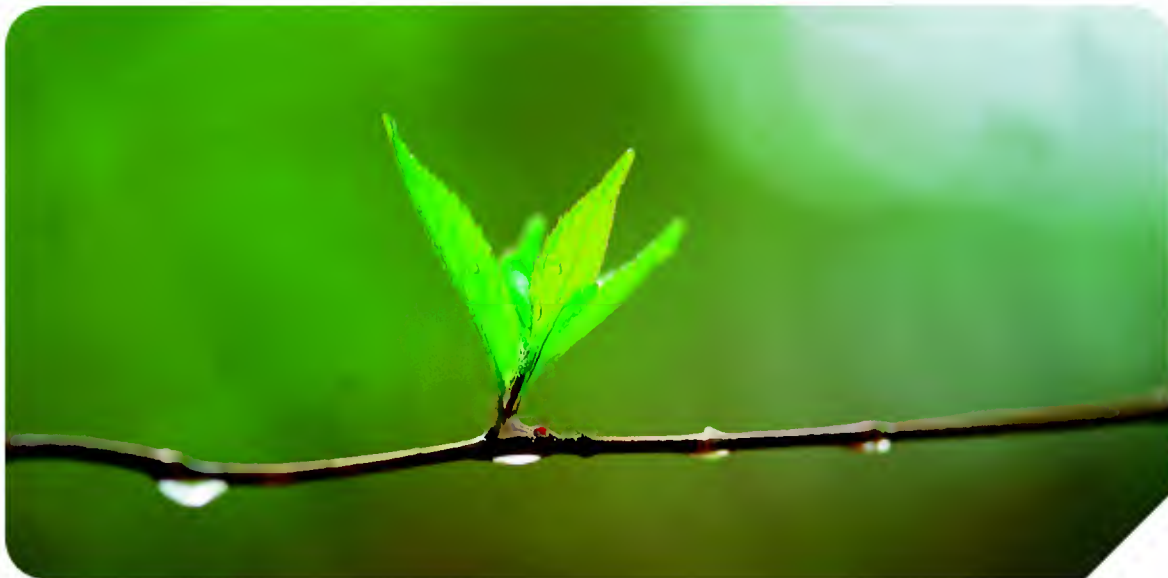
- 1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão bem como o Balanço e a Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa, e os correspondentes Anexos, apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
- 2º Que não existem objecções à aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2013

O FISCAL ÚNICO



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas nº 963)



contactos internacionais

Eurofactor - Alemanha
Bajuwarenring 3
D-82041 Oberhaching perto de Munique
Alemanha
Tel.: +49 89 959095-900
www.eurofactor.de

Eurofactor - Benelux
Rue du Trone 60
1050 Bruxelles
Bélgica
Tel.: +32 2 643 63 63
www.eurofactor.be

Eurofactor - Espanha
Calle Goya, nº8 - 3ºB
28001 Madrid
Espanha
Tel.: +34 91 781 90 80
www.eurofactor-es.com

Crédit Agricole Leasing & Factoring - França
12 Place des Etats-Unis
92120 Montrouge
França
Tel.: +33 (0) 1 43 23 70 70
www.ca-leasingfactoring.com

Eurofactor - Itália
Viale Stelvio 70
20159 Milano
Itália
Tel.: +39 02 890 40 000
www.ca-commercialfinance.it

Crédit Agricole Commercial Finance - Polónia
Ul. Walicow 11
00-851 Warszawa
Polónia
Tel.: +48 22 583 95 08
www.ca-commercialfinance.pl



contactos nacionais

Sede Lisboa
Edifício Omni
Av. Duque d'Ávila, 141, 3º dto
1050-081 Lisboa
Tel: + 351 21 319 00 10
Fax: + 351 21 319 00 29
E-mail: eurofactor@eurofactor.pt

www.eurofactor.pt

Centro Negócios Porto
Edifício Bessa Leite Offices
Rua Brigadeiro Nunes da Ponte, 114, piso 0
4150-036 Porto
Tel: + 351 22 605 41 52
Fax: + 351 22 605 43 57
E-mail: eurofactor@eurofactor.pt